



JS AÇORES

CHEGA-TE À FRENTE PELOS AÇORES

Guido Teles

[facebook/guido.s.teles](https://www.facebook.com/guido.s.teles)

2015/2017



CHEGA-TE À FRENTE PELOS AÇORES!

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

XII CONGRESSO DA JUVENTUDE SOCIALISTA AÇORES

20, 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2015

PRIMEIRO SUBSCRITOR

GUIDO TELES

ASHLEY DOMINGOS

MARTA SOARES

TIAGO BRANCO

JOÃO PAULO PEREIRA

ANDRÉ ENES

TIAGO AVELAR

RUI ATAÍDE

JOÃO PAULO ÁVILA

PEDRO PACHECO

Índice

Chega-te à Frente pelos Açores!	3
Participa!	5
JS/Açores – A TUA VOZ!.....	10
40 Anos de aprofundamento da Autonomia – NOVOS HORIZONTES	21
Qualificação jovem	25
Cultura e indústrias criativas.....	32
O desafio da empregabilidade jovem e da fixação de jovens qualificados.....	34
Mobilidade jovem.....	41
Coesão e Integração Social	43
Saúde.....	46

Chega-te à Frente pelos Açores!

Os Açores que hoje conhecemos não são mais do que o resultado da constante batalha pela concretização das legítimas ambições dos açorianos. São só isso e isso tudo. São o resultado de todo o esforço, de todo o empenho das gerações que nos antecederam. Mas tudo o que hoje identificamos como Açores passará a ser aquilo que formos capazes de construir e de consolidar para o futuro.

Ser parte do debate, ser parte da decisão, ser parte do desenvolvimento é, por isso, um imperativo para todos os jovens açorianos.

Quando um jovem decide participar ativamente na política, na construção do futuro da sociedade, a democracia ganha um novo fôlego. Quando um jovem decide colocar todo o seu empenho no reforço das suas qualificações, na aquisição de competências e de conhecimento para aplicar criativamente na sua comunidade, a sociedade ganha um suplemento de confiança. Quando um jovem açoriano decide arriscar, colocar as suas qualidades ao serviço do desenvolvimento, inovar na criação de um negócio, os Açores ganham um reforço na garantia de prosperidade e de crescimento.

O futuro da nossa geração será o produto da nossa ação, da ação de todos os jovens açorianos. Em grande parte será o produto da atividade política que formos capazes de concretizar. É, que, na verdade, a política não é mais do que a vontade da população que quer fazer parte da construção do seu futuro. E a política que hoje conhecemos nos Açores, o exercício democrático do poder, foi conquistado por homens e mulheres entre sangue, suor e lágrimas. Esta conquista, no entanto, não é eterna.

É por isso que lançamos o desafio dos desafios a cada um dos jovens açorianos. “Chega-te à Frente pelos Açores”! Nós, Juventude Socialista dos Açores, queremos ser o motor da intervenção e da iniciativa dos jovens açorianos. Queremos ser a tua voz, contar com o contributo de todos para a construção da nova geração da autonomia.

A desconfiança e o descrédito combatem-se com a participação. Afastar-nos da política, ignorarmos as decisões que afetam profundamente a vida de todos nós, é colocarmos o nosso futuro nas mãos de outros. Sem uma participação generalizada dos jovens no debate, na apresentação de propostas para a melhoria do funcionamento comunitário e na escolha dos seus representantes a democracia, na verdade, não passa de uma amostra de democracia.

O principal desígnio da nossa ação é, por isso, cativar os jovens para a participação cívica e política. A JS/Açores, enquanto maior organização política de juventude da nossa Região, está preparada para assumir esse desafio e determinada em contribuir para reforçar a capacidade de intervenção dos jovens açorianos.

Queremos também desafiar-te a arriscar. A emancipação, a transição para a vida autónoma, seja no domínio da empregabilidade ou no da habitação, depende cada vez mais de cada um de nós. Mas juntos conseguimos traçar novas oportunidades, criar novos caminhos. O Governo dos Açores do Partido Socialista tem sido especialmente ativo na criação de medidas que ajudam, de facto, os nossos jovens. Mas é sempre possível melhorar. E, há, de facto, ainda muito por fazer.

Juntos somos capazes de participar na construção de uns Açores ainda melhores, ainda mais fortes. Chega-te à Frente pelos Açores!

Participa!

O alheamento dos jovens das intervenções cívica e política é um tiro fatal no coração da sociedade. Uma sociedade sem a devida integração dos seus jovens é, por isso, uma comunidade em declínio. O esforço a investir na participação cívica e política dos jovens é fundamental e prioritário para a JS/Açores. É uma batalha constante e irrenunciável, em que cada passo em frente é uma grande vitória.

A realidade tem demonstrado que os jovens açorianos mostram uma crescente apetência para a intervenção cívica. Ela pode ser exercida através da intervenção social cada vez mais comum nos clubes desportivos e culturais, pela ação dos escuteiros, das associações juvenis, dos grupos de jovens.

O associativismo e o voluntariado têm sido uma evidência de que os jovens não estão alheados da comunidade. Participam e entregam o seu potencial aos desafios que enfrentam.

O associativismo desempenha um papel indispensável na integração social dos jovens, criando entre os mesmos laços importantes de solidariedade, bem como uma cultura de participação cívica que enriquece a identidade açoriana. A atividade associativa tem a potencialidade de desenvolver nos jovens açorianos o sentimento de pertença à comunidade, constituindo um dos mais relevantes meios para o exercício da cidadania.

A participação ativa em associações juvenis tem, ainda, a virtude de afastar os jovens dos comportamentos de risco, pelo facto de os motivar e ocupar no desenvolvimento de projetos comunitários.

O mesmo se pode dizer do voluntariado. Uma das mais nobres expressões da solidariedade comunitária. Cada vez mais jovens açorianos prontificam-se para dar sem receber. Para dedicar o seu tempo à melhoria das condições de vida na sua sociedade.

É essencial, portanto, continuar a desenvolver os setores do associativismo e do voluntariado, implementando medidas que reforcem o papel dos agentes de desenvolvimento social que todos os dias reforçam os nossos laços comunitários e contribuem para a integração dos jovens na sociedade.

Sabemos, porém, que o ceticismo e a desconfiança têm afastado os jovens da intervenção política. O motivo é a preocupante descredibilização da política e dos políticos que afasta as pessoas e, principalmente, os jovens dos centros de decisão.

Uma parte do descrédito que ensombra a política tem raízes culturais e familiares. Se em casa os jovens recebem dos seus pais e restantes familiares uma mensagem negra sobre a política a tendência imediata é o afastamento. O facto das gerações que nos antecedem terem vivido num regime autoritário em que o objetivo era despolitizar a sociedade acaba por influenciar a perspetiva que, desde muito novos, acabamos por construir.

Mas este não é o único motivo. Uma boa parte da responsabilidade pela descrédibilização cabe aos maus exemplos de políticos que, com a amplificação decorrente da comunicação social, acabam por criar na sociedade e, em concreto, nos jovens um constante estado de suspeição e desconfiança.

As estatísticas mais evidentes do afastamento da sociedade da política são as taxas de abstenção dos atos eleitorais dos últimos anos. Estamos perante variações entre os 40% e os 80% de cidadãos que não participam na escolha dos seus representantes. Nos Açores, a taxa de abstenção nas eleições para as Presidenciais em 2011 foi de 68,9%, para a nossa Assembleia Legislativa foi em 2012 de 52,1%, para as nossas Autarquias em 2013 foi de 46%, para as Europeias em 2014 de 80,3%, e para a Assembleia da República em 2015 de 58,78%. Mais de metade dos cidadãos recenseados não se corresponsabilizou na escolha dos seus representantes. Esta situação é preocupante e tem que ser combatida, também junto dos jovens.

Outro fenómeno que revela a descrédibilização da política é o chamado voto de protesto, a escolha de partidos ou movimentos sociais de reação. Isto é, partidos ou movimentos que não têm programas políticos sérios e que apostam na veiculação de discursos populistas, de circunstância, mas sem substância. O crescimento de partidos com estas características é, também ele, um sinal do enfraquecimento da nossa democracia. Mas é ainda um sinal de que a mensagem dos partidos com linhas programáticas bem definidas, cada vez mais técnica e complexa, não está a chegar com eficácia aos cidadãos, incluindo aos mais jovens.

A política é feita por pessoas para as pessoas. Mas não pode ser feita por algumas, tem que integrar o contributo válido de todas. Cada uma à sua maneira e com a sua experiência.

A JS/Açores tem assumido a credibilização da vida política como um princípio fundamental e, ao longo da sua história, tem assumido a responsabilidade de liderar o desafio de promover a integração dos jovens açorianos no processo de debate, proposição e decisão política. Queremos fazer mais.

Assim, a JS/Açores propõe e defende:

- A implementação do Orçamento Participativo Jovem dos Açores

Através desta medida os jovens têm a possibilidade de propor e votar nas medidas que querem ver executadas no âmbito do Plano e Orçamento do ano seguinte, dentro de um montante orçamental aprovado em Conselho do Governo dos Açores no início do ano. A recolha dos contributos deve ser realizada presencialmente em todas as ilhas, em iniciativas para a população escolar e para os jovens em geral, bem como através de uma plataforma online, tal como já acontece em várias autarquias do país. A seleção dos projetos a submeter a votação passaria a ser competência do Conselho de Juventude dos Açores, submetendo-se os selecionados a votação online aberta a todos os jovens açorianos até aos 35 anos.

- A implementação do Voto Eletrónico

O voto é a forma que os regimes democráticos encontraram para os cidadãos exprimirem as suas escolhas políticas.

A realidade arquipelágica que nos define trás consigo alguns inconvenientes, sendo comum a mobilidade dos açorianos para locais que os impedem de exercer o direito de voto no seu local de recenseamento. O caso paradigmático é o dos estudantes deslocados para outras ilhas ou para o continente português, e até para o estrangeiro.

O voto eletrónico tem vindo a ser considerado por todo o mundo e tem sido objeto de experiências nas suas diversas vertentes, desde logo, nas modalidades presencial e não presencial, como forma de combate às elevadas taxas de abstenção.

Através de um sistema de voto eletrónico, numa primeira fase em circuito fechado e com carácter presencial, seria possível exercer o direito de voto em qualquer local e não necessariamente na freguesia de recenseamento, podendo o cidadão deslocar-se no dia eleitoral às habituais mesas de voto e às mesas a instalar nos municípios dos concelhos universitários, sem ter que cumprir com as burocracias decorrentes do voto antecipado, e no caso do estrangeiro junto das embaixadas ou consulados.

Numa segunda fase, e desde que garantida a segurança do ato, fará sentido analisar a possibilidade da votação eletrónica online (voto eletrónico não presencial). Se hoje se consegue tratar de praticamente de todos os processos no âmbito dos sistemas fiscal e de justiça em meio online, com certeza que a tecnologia evoluirá no sentido de

garantir a total segurança da realização do ato eleitoral pela internet. No entanto, as experiências efetivadas até hoje revelam insegurança (Alemanha, EUA, Holanda, Irlanda), apesar de na Estónia ser uma forma efetiva de exercer o voto.

É necessário dar maior rapidez às operações de votação e conceber um processo seguro e credível que não coloque em causa a nobreza do ato de votar.

- O debate sobre o Voto Obrigatório

Países como o Brasil e a Bélgica utilizam este regime de voto, prevalecendo assim o voto como um dever social.

A sua implementação é controversa, sobretudo devido ao argumento de que o direito ao voto foi uma das principais armas resultantes da conquista da liberdade e que o seu exercício não deve ser transformado numa obrigação. Acontece que o exercício pleno da democracia também implica deveres e um dos principais é, sem dúvida, o exercício do direito ao voto. Isso independentemente da opção por um dos Partidos ou pelo voto em branco. Interessa sobretudo garantir que a sociedade se corresponsabiliza pela escolha dos seus representantes. Aumenta a responsabilidade de ambas as partes, eleito e eleitor.

- A Implementação da iniciativa “Escola da Política”

Trata-se de um evento, necessariamente regular, com uma periodicidade mínima mensal, a desenvolver por iniciativa dos Conselhos Executivos das escolas desde o 2.º ciclo até ao fim do ensino secundário, com o intuito de incentivar os alunos a refletirem e a debaterem sobre assuntos referentes à sua comunidade.

- A participação dos estudantes, através de eventos de debate e de votações online, nas decisões das escolas relativamente às atividades extracurriculares a desenvolver e matérias a abordar na disciplina de educação cívica;
- Que a programação dos campos de férias promovidos pela DRJ seja dedicada à participação cívica, onde sejam transmitidos os valores democráticos, as características de liderança, o trabalho de grupo, o papel dos cidadãos na sociedade e a capacidade reivindicativa para produzir mudanças sociais.
- A criação da iniciativa “A política somos nós”, criando um canal aberto para o contacto regular entre os jovens e os membros do Governo, bem como entre os jovens e os deputados regionais.

Com uma regularidade mínima de 15 dias, alternadamente, um membro do Governo e um deputado, com a rotação entre todos os grupos parlamentares, disponibiliza-se num canal online para responder às perguntas dos jovens açorianos.

- A criação de uma campanha de apelo ao voto nas Eleições Regionais de 2016 direcionada aos jovens, designadamente através da criação de um hino eleitoral jovem e de campanhas multimédia com o apelo ao voto de personalidades com quem os jovens se revejam.
- A celebração de protocolos entre as escolas e as associações com atividade no respetivo espaço geográfico, no sentido de envolver os jovens na participação cívica, através de atividades extracurriculares.
- Uma maior envolvência dos vários entes, públicos e privados, nomeadamente das autarquias, na criação de condições que agilizem as atividades das associações de juventude;
- A introdução na composição dos Conselhos de Ilha de um representante eleito por cada Conselho Municipal de Juventude existente na respetiva ilha;
- A introdução na composição do Conselho Regional de Concertação Estratégica de um representante da juventude açoriana, a designar pelo Conselho de Juventude dos Açores;
- Estabelecer sinergias entre as diferentes associações de juventude dos Açores e a RTP/Açores com o intuito desta produzir e exibir programas destinados aos jovens açorianos cujos conteúdos sejam pensados, escritos e executados pelas Associações de Juventude dos Açores. Ou seja, um programa onde as próprias associações podem abordar temáticas inerentes aos jovens, mas também exibir conteúdos de reportagem referentes a atividades que desenvolvem;
- Promover a Criação de Associações de Jovens Açorianos e de Jovens Açordescendentes

Nos dias de hoje, em que as migrações são frequentes, é fundamental promover atividades que reforcem a ligação de jovens açorianos ou açordescendentes à Região Autónoma dos Açores. E esta importância verifica-se tanto nas comunidades emigradas como em outras regiões do país, através das Casas dos Açores. Promovendo este tipo de iniciativas onde sejam desenvolvidas atividades relacionadas com a nossa cultura e tradições, estreitamos assim o relacionamento com as nossas comunidades e incutimos o espírito açoriano nas gerações vindouras.

JS/Açores – A TUA VOZ!

A Juventude Socialista dos Açores tem a responsabilidade e o dever de promover e difundir a ideologia socialista junto dos jovens açorianos. E tem o desafio de agregar em seu torno todos os jovens que se identificam com os seus valores basilares: a Liberdade, a Igualdade e a Solidariedade.

Nos Açores a JS deverá continuar a ser a organização política dos jovens açorianos que combatem pela democracia, que procuram no Socialismo Democrático a solução para os seus problemas, que se empenham pela organização da sociedade açoriana em torno dos valores Republicanos da Pluralidade, da Coesão e da Fraternidade, e que defendem o Estado Providência como imperativo para a integração social e para o desenvolvimento harmónico da comunidade. A garantia universal e com qualidade da Saúde, da Educação e da Proteção Social pelo Estado faz parte do código genético da nossa estrutura.

No último Congresso Regional aprovámos por unanimidade a Declaração de Princípios da JS/Açores, um documento que nos define ideologicamente e que enquadra a ação quotidiana da nossa organização.

Há dois anos definimos como prioridade estratégica o reforço da participação ativa dos jovens açorianos na construção do futuro da Autonomia, do futuro dos Açores.

Assumimos como determinante a organização e a utilização de forma mais eficiente de todos os recursos disponíveis nos Açores, em especial do conhecimento gerado, aplicando-o na Região e apostando, assim, num desenvolvimento harmónico e sustentável.

Recebemos um legado que nos motiva e responsabiliza particularmente. A JS/Açores tem sido a protagonista da difusão das preocupações e das ambições da juventude açoriana e da materialização das ideias desta geração ativa.

Ao longo dos últimos dois anos tomámos mais de uma centena de posições públicas, sempre com a preocupação de marcar pela positiva com uma atitude pró-ativa de propositura e de construção de contributos para as várias áreas com impacto direto ou indireto na juventude açoriana. A título de exemplo:

- Visando o reforço da empregabilidade dos jovens açorianos temos vindo a insistir, apresentando propostas legislativas ao Governo dos Açores e ao Grupo Parlamentar do PS/Açores:

- Na criação do Prémio CPE Jovem, no âmbito do Programa de Criação do Próprio Emprego, que se caracteriza por uma discriminação positiva de 20% no prémio monetário pela criação do autoemprego, quando a candidatura ao programa for realizada por jovens açorianos ou residentes nos Açores, com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos;
 - Na criação do Prémio CPE Majoração Jovem, materializado numa discriminação positiva de 60%, nos casos em que a criação da empresa envolva a contratação de jovens desempregados inscritos nas Agências de Emprego da Região com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos, que não o empresário;
 - Na criação do mecanismo INTEGRA JOVEM, enquadrado no programa INTEGRA, materializado numa majoração de 20% para a contratação de jovens açorianos ou residentes nos Açores, com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos.
- Com os objetivos fundamentais de promover a fixação e a empregabilidade dos jovens elaborámos um Manifesto Autárquico, decorrente dos eventos Pensar o Concelho realizados em todos os concelhos dos Açores, que foi entregue a todos os candidatos do PS aos 19 Municípios açorianos. Este Manifesto conta com 30 propostas da JS/Açores que, em boa parte, têm sido implementadas por várias Autarquias. Estes são alguns dos contributos que têm vindo a ser atendidos:
 - A constituição dos Conselhos Municipais de Juventude e a adaptação dos já existentes à última revisão do seu regime;
 - A criação de Gabinetes de Apoio ao Empreendedor;
 - Discriminação positiva, mediante a redução nas taxas de licenciamento de iniciativas comerciais ou empresariais, consoante o número de postos de trabalho criados;
 - Discriminação positiva, mediante redução nas taxas de licenciamento das reabilitações urbanas para fins empresariais;
 - A criação de incubadoras de empresas;
 - Discriminação positiva nos licenciamentos e taxas para habitações de jovens e jovens casais;
 - Discriminação positiva nas tarifas de água e resíduos para jovens casais com filhos;
 - Isenção automática de taxas para iniciativas organizadas por Associações Juvenis legalmente constituídas;

- Promoção da cobertura com rede de internet Wi-Fi dos principais espaços públicos dos centros concelhios e dos principais espaços verdes e zonas de lazer dos concelhos;
 - Agilização do acesso dos jovens artistas residentes nos concelhos às infraestruturas e equipamentos dos espaços culturais dos municípios, promovendo a experimentação, a aprendizagem e a inovação;
 - Isenção de taxas de ocupação da via pública para iniciativas organizadas por Associações Juvenis;
 - Apoio à criação de novos espaços de alojamento na modalidade de hostel rural, criando a nova geração de turismo rural no arquipélago, especialmente vocacionada para o público jovem.
- Defendemos a criação de um Plano para a Coesão Territorial dos Açores, elaborado com base em estratégias locais de desenvolvimento dos dezanove municípios, consubstanciado em políticas por ilha e enquadrado pela política regional;
 - Apontámos o intermunicipalismo e a cooperação entre Municípios como prioridades estratégicas, como forma de evitar a multiplicação de investimentos e de gerir os recursos disponíveis de forma mais eficiente;
 - Defendemos a criação do Observatório da Juventude dos Açores, entretanto implementado pelo Governo dos Açores, e o seu papel essencial de acompanhamento, monitorização e de planificação das políticas públicas de promoção do emprego jovem na Região. Este observatório tem vindo a intensificar o seu trabalho de base científica no âmbito das políticas públicas de juventude;
 - Ao defendermos a aprovação da adoção e coadoção por pessoas do mesmo sexo em Portugal, criticámos a postura da JSD e do PSD ao tentarem submeter o reconhecimento de um direito fundamental a referendo, com o intuito de evitarem uma tomada de posição partidária sobre o assunto;
 - Criticámos a decisão do Representante da República de remeter o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2014 para fiscalização do Tribunal Constitucional, atitude que revelou uma postura centralista. A JS afirmou o valor da Autonomia Regional como fundamento para a aplicação das verbas do nosso orçamento nos objetivos que os açorianos consideravam mais adequados, designadamente através da aplicação dos fundos na devolução de rendimentos reduzidos pelo Governo da República;

- Defendemos a necessidade de se complementar os programas ocupacionais com uma vertente formativa que possibilitasse a especialização e a requalificação dos desempregados;
- Apontámos para a necessidade da Universidade dos Açores rever urgentemente a sua oferta formativa, apostando em áreas de formação com melhores perspetivas de empregabilidade na Região;
- Defendemos, como contributos para a finalização do PO 2020, a prioridade no apoio à diferenciação de produtos nas áreas económicas tradicionais, como a agricultura e as pescas, e o investimento nas áreas emergentes como o mar e o turismo. Sublinhámos também a importância do apoio à criação de negócios sustentados em bens transacionáveis com baixos custos de contexto, nomeadamente na área das indústrias criativas;
- Aquando da presença da delegação da JS/Açores no EuropeanYouthEvent 2014, defendemos no Parlamento Europeu a implementação de uma política fiscal comunitária, a valorização do papel das Regiões na política europeia e a salvaguarda, através de apoios específicos, das Regiões Ultraperiféricas no panorama europeu;
- Na sequência dos Fóruns Açores Europeus 2020 realizados em todas as ilhas para reunir os contributos dos jovens açorianos no âmbito da política europeia, elaborámos e entregámos ao candidato indicado pelo PS/Açores às Europeias 2014, Ricardo Serrão Santos, o documento “Unir a Europa, Afirmar a Solidariedade”. Neste documento desenvolvemos a nossa perspetiva sobre a necessidade de se reforçar a coesão do projeto europeu, de se implementar um modelo institucional federalista e descentralizado, de se prever medidas especiais de desenvolvimento das Regiões (Extrema) Ultraperiféricas, de se implementar o Sistema Fiscal Europeu e de se realizar uma aplicação eficaz dos fundos estruturais e dos fundos centralizados nos Açores;
- Defendemos o urgente reforço das transferências do Governo da República para a Universidade dos Açores, como forma de inverter os efeitos decorrentes dos aumentos sucessivos das propinas sobre a capacidade de prosseguimento dos estudos pelos seus estudantes, de devolver à academia açoriana as condições normais de funcionamento e de restabelecer a atratividade da universidade açoriana;
- Reivindicámos compromissos efetivos por parte do Governo da República para a compensação dos efeitos da redução de efetivos em curso na Base das Lajes;

- Através dos membros do Grupo Parlamentar do PS/Açores eleitos pela JS apresentámos e vimos aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma proposta que visa a consolidação, num único documento, a desenvolver pelo Observatório de Juventude dos Açores, de toda a informação atualizada respeitante aos jovens açorianos em formação, dentro e fora da Região, com o intuito de reunir informações sobre o percurso académico e profissional destes jovens, bem como das suas perspetivas de regresso à Região;
- Propusemos a criação de um Plano Regional de Emprego Jovem para o período 2015-2020 com o objetivo de caracterizar a realidade laboral e social dos jovens na Região, bem como a das suas qualificações, sistematizar as medidas que já existem, corrigir as que não estejam a demonstrar os efeitos desejados e preparar novas medidas a aplicar. A elaboração deste Plano contaria com o importante trabalho de enquadramento resultante da missão do Observatório da Juventude dos Açores referida no ponto anterior e auxiliaria de sobremaneira a aprimoração do quadro de apoios dirigidos ao emprego jovem por parte do Governo dos Açores;
- Recomendámos, no âmbito do Conselho de Juventude dos Açores:
 - A promoção de ações de divulgação nas escolas da Região das ofertas curriculares disponíveis nos estabelecimentos de ensino profissional e superior dos Açores;
 - A implementação do projeto “Escolinha da Política”, direcionado ao primeiro e ao segundo ciclos, visando o iniciar dessa faixa etária no mundo dos direitos e dos deveres no mundo da democracia;
 - A realização de feiras do emprego na Região, em parceria com as Associações e as Câmaras de Comércio;
 - A extensão do preço do cartão interjovem para o escalão dos 13 aos 23 anos, no valor de 35€, aos estudantes com idades entre os 24 e os 30 anos que não auferam rendimentos, bem como aos jovens desempregados até ao limite dos 30 anos de idade que não recebam subsídio de desemprego.
- Defendemos a importância do estabelecimento de protocolos de cooperação entre a Universidade dos Açores e Universidades e empresas estrangeiras para a concretização de intercâmbios de estudantes e de professores, para a realização de workshops e para o estabelecimento de redes de trabalho com a participação de jovens lusodescendentes que têm hoje importantes funções em empresas de renome internacionais;

- Defendemos a alteração do regime contributivo dos agricultores, especialmente penalizador para os jovens que se iniciam nesta área de atividade, no sentido de acabar com a interpretação que enquadra nos rendimentos os subsídios ao investimento;
- Reivindicámos o apoio por parte do Governo dos Açores a projetos concelhios, multidisciplinares e com a envolvimento dos vários setores da comunidade, na prevenção das dependências;
- Defendemos a criação do Orçamento Participativo Jovem Nacional.

Estivemos, assim, à altura das nossas responsabilidades. Não nos limitámos a emitir juízos de valor, nem a criticar por criticar. Sustentámo-nos em propostas concretas e dissemos presente no debate das principais questões de relevo para os jovens açorianos.

Traçámos objetivos para os principais momentos eleitorais do mandato: as Eleições Autárquicas de 2013, as Eleições para o Parlamento Europeu de 2014 e as Eleições para a Assembleia da República 2015. Fomos capazes de os cumprir.

No âmbito das Eleições Autárquicas de 2013 realizámos debates “Pensar o Concelho” em todos os concelhos dos Açores, desafiando os nossos jovens a contribuírem com as suas soluções para os seus municípios. Encerrámos este ciclo de debates descentralizados com a “Convenção Autárquica”, da qual emanou o Manifesto Autárquico da JS/Açores.

A JS/Açores construiu a sua agenda autárquica e cumpriu com o que definiu. Mobilizámo-nos em torno dos candidatos apresentados pelo Partido Socialista, enriquecendo os seus projetos com propostas dirigidas aos jovens. Demos, sem dúvida, um enorme contributo para a grande vitória que o Partido Socialista conseguiu nos Açores, ganhando 13 das 19 autarquias açorianas.

O rejuvenescimento das listas apresentadas pelo PS/Açores foi também uma realidade. Muitos jovens foram eleitos para os órgãos locais. A JS/Açores conta com 5 vereadores nas Câmaras Municipais, 2 a tempo inteiro, e 11 deputados municipais. Elegeu uma Presidente da Junta de Freguesia e vários membros para as Assembleias de Freguesia.

No que se refere às eleições para o Parlamento Europeu em 2014, a JS/Açores superou os seus objetivos. Para além da realização da Convenção “Unir a Europa, Afirmar a Solidariedade”, na qual entregámos um contributo político ao candidato

Ricardo Serrão Santos, realizámos em todas as ilhas o fórum “Açores Europeus 2020”. Chamámos os jovens açorianos para o centro do debate político sobre o projeto europeu.

A JS/Açores também esteve ativa no âmbito da campanha para as eleições para a Assembleia da República de 2015. Estivemos mobilizados em torno de uma nova visão para o futuro do país, de uma estratégia de defesa intransigente do Estado Social. Defendemos em estreita cooperação com a Juventude Socialista Portuguesa a criação de condições para o reforço da empregabilidade jovem e para o regresso dos nossos jovens que se viram obrigados a sair do país devido à política de austeridade implementada pelo Governo da República da Coligação PSD/CDS-PP.

Mais uma vez estivemos ativos em todas as ilhas. Realizámos reuniões com associações juvenis, com associações de estudantes e com jovens empreendedores e procedemos a ações de sensibilização dos jovens para as propostas da Juventude Socialista e do Partido Socialista.

Apesar de não se ter alcançado o resultado almejado a nível nacional, demos o nosso importante contributo para mais uma grande vitória do PS nos Açores. Foi a primeira vez na história da democracia que o PS ganhou nos Açores quando no total nacional venceu outra força política. E em comparação com as eleições para a Assembleia da República de 2011 o PS conseguiu um crescimento na votação acima dos 60%.

Estivemos, por isso, **mobilizados** e fizemos questão de **participar ativamente**, não só nos momentos eleitorais, mas sempre que considerámos importante intervir na defesa dos jovens açorianos. **Prosseguiremos mobilizados e continuaremos a assumir a responsabilidade de participar ativamente com os jovens açorianos na construção do futuro dos Açores.**

Para além da mobilização e da participação ativa tínhamos definido como objetivos o **Crescimento**, a **Proximidade**, a **Renovação** e o **Rejuvenescimento**, a **Organização** e a **Modernização**.

O contributo meritório dos camaradas que têm dedicado uma boa parte do seu tempo à JS tem sido essencial para o trabalho que temos realizado em prol dos jovens açorianos e do desenvolvimento dos Açores. Mas também tem sido fundamental para a **aproximação** da nossa estrutura aos jovens, para o seu **crescimento** e para a sua **renovação e rejuvenescimento**.

Apesar de ainda termos muito por fazer, no espaço de dois anos conseguimos aumentar muito consideravelmente o nosso número de militantes. Com o trabalho de todos conseguimos um crescimento de aproximadamente 50% na nossa estrutura.

Na sequência dos atos eleitorais para os órgãos locais, os núcleos e as concelhias, e para os órgãos de ilha conseguimos também aumentar a nossa proximidade para com os jovens açorianos.

Nas eleições locais reativámos a nossa estrutura de Vila Franca do Campo, criámos pela primeira vez a estrutura das Lajes das Flores e conseguimos, também pela primeira vez, ativar simultaneamente os órgãos locais dos três concelhos da ilha do Pico. Estamos com estruturas criadas e ativas em 18 dos 19 concelhos açorianos. Fruto do trabalho local desenvolvido foi também possível a criação de mais núcleos de residência.

Com as eleições para os órgãos de ilha foi possível criar pela primeira vez as estruturas de ilha da JS no Pico e nas Flores, o que só se concretizou devido à existência simultânea de estruturas locais da JS nos três concelhos da ilha do Pico e nos dois da ilha das Flores.

Já no que corresponde à nossa representatividade nos órgãos nacionais da JS, para além da eleição do primeiro subscritor desta Moção para a Presidência da Comissão Nacional, a JS/Açores continua com uma forte representação naquele órgão e na Comissão Política Nacional da Juventude Socialista Portuguesa.

O trabalho na melhoria destas vertentes não está, no entanto, de modo algum terminado. O esforço no **crescimento, na proximidade, na renovação e no rejuvenescimento** é um desafio contínuo que continuará a constituir uma prioridade para a JS/Açores. Há sobretudo a necessidade de nos aproximarmos das escolas e da Universidade, atraindo mais jovens para a vida cívica e política e para a nossa estrutura.

Os desafios da **organização** e da **modernização** da JS/Açores continuam a revelar-se como essenciais para o reforço do trabalho que temos pela frente. O mesmo se deve dizer do **reforço da proximidade** entre os órgãos regionais, os de ilha e os locais.

Com a escassez de recursos financeiros verificada nos últimos dois anos tem sido especialmente difícil atingir a almejada proximidade física, a regularidade de eventos

com magnitude regional (o que não nos tem impedido de implementar os projetos de forma descentralizada) e a realização de investimentos para a modernização dos meios da estrutura. Não obstante esperarmos uma melhoria dos recursos disponíveis, sabemos que conseguimos fazer mais e melhor. A utilização dos meios tecnológicos disponíveis, agilizando os procedimentos internos e modernizando os vários circuitos de comunicação, será um bom contributo para enfrentarmos com sucesso os desafios da organização, da modernização e da proximidade entre estruturas. Torna-se também necessário reduzir a dimensão do Secretariado Regional para adaptar o seu funcionamento aos recursos disponíveis.

Todo este trabalho é fundamental para reforçarmos o papel da JS/Açores enquanto Voz da Juventude Açoriana! A nossa responsabilidade é grande e nos próximos dois anos teremos momentos marcantes na vida política, sobretudo na Regional.

Como é evidente, as **Eleições Regionais do próximo ano de 2016** são a nossa prioridade. Queremos convidar os jovens açorianos para participarem na construção de uma Estratégia progressista, numa Estratégia que defina aquela que é a nossa visão para os Açores de 2020. Queremos cativar os Jovens Açorianos para o debate sobre as várias dimensões da nossa Comunidade.

A nossa afirmação e a nossa mobilização para o combate eleitoral das eleições Regionais de 2016 são fundamentais. Queremos contribuir para mais uma grande vitória do Partido Socialista e queremos, sobretudo, garantir a materialização das nossas propostas no Programa de Governo 2016-2020, contribuindo com o Projeto Político – Chega-te à Frente pelos Açores!

Para isso devemos ter a capacidade de nos abirmos à Sociedade. E devemos, sobretudo, congregiar o conhecimento, o potencial e a experiência de todas as Gerações. **A Próxima Geração da Autonomia depende de uma Estratégia Transversal, de uma Estratégia que agregue o potencial de toda a Sociedade Açoriana.**

O nosso papel será também, mais uma vez, fundamental nas **Eleições Autárquicas 2017**.

A construção de uma agenda autárquica própria, focada na recolha de contributos dos jovens açorianos é a estratégia a seguir. Esta agenda é essencial para reforçarmos os projetos dos candidatos apresentados pelo Partido Socialista, enriquecendo-os com as ideias criativas dos jovens açorianos

Devemos, ainda, continuar a defender o rejuvenescimento das listas a apresentar pelo PS/Açores aos órgãos autárquicos, através da integração de mais jovens nas equipas sujeitas a sufrágio.

Para vencer os desafios que temos pela frente, propomos:

- **A realização do FÓRUM CHEGA-TE À FRENTE, focado nas Eleições Regionais de 2016**, a ser desenvolvido em todas as ilhas da Região e nos meios digitais, com o especial empenho das estruturas locais da JS/Açores, através de debates temáticos que contem com a intervenção de personalidades militantes ou independentes com mérito reconhecido nas áreas determinantes para o futuro dos Açores;
 - Os contributos que resultem destas iniciativas constituirão a base de trabalho para a elaboração do **PROJETO POLÍTICO DA JS/AÇORES PARA AS ELEIÇÕES REGIONAIS DE 2016 - “CHEGA-TE À FRENTE PELOS AÇORES”** – que congregará as propostas da juventude açoriana a integrar no programa eleitoral do Partido Socialista e no subsequente Programa de Governo da Região Autónoma dos Açores 2016-2020;
- A realização do Fórum **CHEGA-TE À FRENTE NAS ESCOLAS!**, a materializar através de iniciativas a realizar em estabelecimentos de ensino dos Açores, dirigidas ao 3.º ciclo, secundário e escolas profissionais, com o intuito de promover a participação política dos jovens e de recolher os seus contributos;
- A realização de mais um ciclo de debates **PENSAR O CONCELHO** em todos os concelhos dos Açores, também com uma vertente online de recolha de contributos, para desafiar os nossos jovens a chegarem-se à frente e a oferecerem as suas soluções para as suas Autarquias, seja numa perspetiva concelhia, seja numa de freguesia;
 - O ciclo de debates deve culminar com a realização de uma **CONVENÇÃO AUTÁRQUICA**, de onde emane o PROJETO POLÍTICO DA JS/AÇORES PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2017;
- A realização de ações de sensibilização para o papel da JS/Açores como organização política representante dos jovens açorianos junto das escolas e da Universidade;

- Aumentar a auscultação das organizações de juventude, sejam associações, grupos de jovens ou associações de estudantes, tanto no âmbito regional, como no local;
- A realização de iniciativas nos pólos da Universidade dos Açores que fomentem o debate e a participação política;
- Fortalecer as dinâmicas dos Núcleos, das Concelhias e dos Órgãos de Ilha da JS/Açores, garantindo um circuito de comunicação que aproxime mais as estruturas locais aos órgãos regionais;
- Promover a realização de iniciativas temáticas nas estruturas locais, enquadradas numa planificação de âmbito regional;
- Continuar com o processo de atualização da base de dados da JS/Açores, modernizando este importante instrumento organizativo;
- Renovar o portal da JS/Açores;
- Continuar a disponibilizar os meios da Sede Regional, como é exemplo o serviço de SMS's, para apoio à mobilização promovida pelas Estruturas Locais;
- Reduzir o número do Secretariado Regional da JS/Açores para 11 elementos e reforçar a utilização dos meios digitais no seu funcionamento;
- Continuar a organizar sessões de formação política de militantes e dirigentes da JS, apostando na realização de iniciativas de âmbito regional e local;
- Participar ativamente no debate e na decisão de questões internacionais, mantendo uma relação próxima com a YES, a IUSI e as estruturas congéneres regionais;
- Promover oportunidades de debate construtivo com as demais organizações partidárias de juventude.

40 Anos de aprofundamento da Autonomia – NOVOS HORIZONTES

O regime autonómico vigente nos Açores por múltiplas vezes tem sido invocado como um bom exemplo de organização e de ação político-administrativa, evidenciando-se no aumento da qualidade de vida dos Açorianos ao longo destas quatro décadas.

A Autonomia Regional dos Açores, tal como hoje a conhecemos, é o resultado invariável da implementação de políticas públicas bem-sucedidas, de substrato humano e social, que têm colocado as pessoas sempre no centro das prioridades.

A Autonomia dos Açores, mais do que uma forma de estruturação e de execução do poder regional, é uma característica inscrita no ADN dos açorianos. Este traço distintivo da população açoriana tem raízes em aspirações autonómicas que têm sido afirmadas, consubstanciadas e consolidadas há quase um século e meio. Citando Vitorino Nemésio, *“Se não temos medo de que o mar nos alague ou de que a terra nos falte: temos sempre presente, como salutar advertência, a sensação de que o mundo é curto, e o tempo mais curto ainda”*. Este é o tempo da nova geração de açorianas e açorianos contribuir para o aprofundamento da Autonomia Regional.

Tem sido a conjugação da ação de proximidade com a sensibilidade social das governações do PS/Açores, sempre enriquecidas com os contributos da JS/Açores, o principal motivo do reconhecido sucesso do regime autonómico açoriano.

O exercício da Autonomia traduziu-se numa evidente melhoria das condições de vida dos Açorianos, através da adoção de políticas e práticas governativas adaptadas à realidade geográfica, histórica, social, cultural e económica do arquipélago.

Com a difícil tarefa de reconstruir a credibilidade da Autonomia Regional dos Açores, ferida por diversos anos de estagnação e inércia das governações social-democratas no arquipélago, o PS/Açores assumiu, em 1996, a liderança do Governo dos Açores com o objetivo de construir uma Nova Autonomia, caracterizada por mais justiça social, maior dignidade institucional e um mais próspero desenvolvimento económico. Passados quase vinte anos da Nova Autonomia, os açorianos reconhecem que esse caminho valeu a pena.

Têm sido inúmeras as conquistas do regime autonómico, mas o seu processo de consolidação e de aprofundamento é contínuo e progressista.

A Autonomia confere-nos um dos mais importantes meios para conseguir alcançar maiores níveis de desenvolvimento e permite que sejamos nós próprios a implementarmos as medidas que achamos justas e adequadas para conseguirmos

mais e melhor qualidade de vida. Cabe-nos, portanto, afirmá-la e defendê-la com convicção e veemência.

Fruto de uma marcada matriz ideológica centralista do Governo da República e das políticas de reestruturação do Estado fundadas na tese da austeridade, o período atual é marcado por uma demissão das funções do Estado na Região.

Nos últimos dois anos assistimos à assunção de uma atitude de desresponsabilização por parte do Governo da República em relação a algumas matérias de relevo para os Açores. Está em causa a redução das transferências do Estado para a Região, a tentativa de aproveitamento político da redução da carga fiscal, sem que o Governo da República tenha suportado qualquer responsabilidade financeira nesta matéria, o processo Base das Lajes ou a falta de solidariedade nas catástrofes de 2013 e 2015 nas ilhas de São Miguel e Terceira. Esta postura do Governo da República apenas contribui para o distanciamento e para minar a confiança dos Açorianos no Governo Central. Serve o propósito do divisionismo, atentando contra o princípio do Estado unitário.

Deste modo, devemos garantir um conjunto de medidas de efeito prático:

- Garantir que a Justiça, enquanto função fundamental do Estado, é assegurada em igualdade de circunstâncias a todos os cidadãos residentes nas Regiões Autónomas, independentemente do local de residência;
- Assumir a consolidação e a estabilidade do princípio de convergência da Região com o todo nacional, no que respeita ao direito que têm os cidadãos residentes nas Regiões Autónomas de aceder aos bens de consumo em circunstâncias de igualdade de custos com os restantes cidadãos, garantindo o diferencial fiscal dos Açores na totalidade;
- Acautelar o cumprimento integral por parte do Estado da existência de Ensino Superior na Região, sustentável e consolidado, distante do estrangulamento financeiro imposto à Universidade dos Açores, um dos pilares do regime autonómico;
- Garantir de forma inequívoca que nenhuma das atuais competências dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas será diminuída, eliminada ou sequer condicionada pelo Estado;

- Assegurar a não onerosidade para a Região Autónoma do tratamento dos doentes dos Açores no Continente, garantindo que se cumpra a Lei Fundamental e o dever de solidariedade do Estado para com as Regiões;
- Assegurar as compensações definidas no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, em virtude do *downsizing* aplicado pelo Governo dos Estados Unidos da América na Base das Lajes;
- Exigir a consignação da receita arrecadada na Região Autónoma dos Açores no âmbito da contribuição audiovisual aos encargos da RTP/Açores;
- Exigir esforços no desenvolvimento do processo “cabo Submarino” de forma que se permita a abertura na Região de novos serviços a preços mais competitivos.

A JS/Açores quer participar ativamente no processo de aprofundamento do regime autonómico, assumindo como objetivo fulcral a consolidação da Autonomia Regional.

Assim, a JS/Açores defende e propõe:

- O debate sobre o processo de aprofundamento da autonomia, nomeadamente sobre a implementação do regime de listas abertas e das candidaturas independentes na eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Comemoração dos 40 anos da Autonomia Regional nos canais digitais da Região, sensibilizando a população açoriana, sobretudo a mais jovem, para as repercussões da sua consolidação em vertentes práticas da vivência comunitária;
- Realização de um roteiro itinerante pelas escolas das nove ilhas dos Açores promovendo o debate e divulgando informação sobre a evolução do processo autonómico, atividade enquadrada nos 40 anos da Autonomia Regional;
- A implementação de um plano de reestruturação e de modernização dos órgãos de comunicação social públicos dos Açores que garanta a sustentabilidade dos mesmos e que assegure o essencial papel de informação e de aproximação dos açorianos;
- O exercício conjunto com os órgãos de soberania dos poderes de gestão do mar pertencente ao território regional e de definição dos regimes de exploração e licenciamento da utilização privativa desses bens, garantindo o justo retorno

para os Açorianos da exploração sustentável dos recursos que estes sempre souberam preservar e enriquecer;

- Estabelecer cooperação externa com outras regiões estrangeiras e organizações internacionais de temática inter-regional;
- Priorizar, dentro dos limites legais, o acesso de emprego e a contratação pública aos residentes e empresários da Região, justificável pela insularidade e pela ultraperiferia que nos caracterizam;
- Estudar a criação de bases logísticas para voos e para a navegação comercial, ligando os continentes europeu e africano ao americano.

Qualificação jovem

A qualificação é um desafio que a contemporaneidade e a globalização tornaram mundial e estratégico. Os países que apostam na qualificação dos seus cidadãos, da mais tenra idade à mais específica especialização, estão a investir indubitavelmente no futuro e no crescimento das suas sociedades.

Os fenómenos inerentes à globalização nivelaram o “campo de jogo” no qual nações globalizadas e conectadas pelas novas tecnologias competem por quotas de mercado e por recursos humanos especializados e qualificados.

Deste modo, a competição já não mais decorre ao nível local ou nacional, mas internacional. E decorre com uma atualização cada vez mais frequente e exigente.

Só é possível, portanto, acreditar nuns Açores desenvolvidos e com capital humano para fazer face aos desafios dos nossos dias se acreditarmos e apostarmos na “Qualificação” como conceito geral e nos percursos qualificantes como práticas individualizadas.

É essencial, por isso, promover intensamente a aquisição de competências e conteúdos que permitam o pleno desenvolvimento das potencialidades de inovação e progresso dos nossos jovens açorianos.

PREMISSAS DE QUALIFICAÇÃO

O caminho para o sucesso escolar e para a qualificação profissional faz-se com base em conceitos definidos e de acordo com as orientações europeias, definindo-se desta forma as estratégias de atuação que deverão nortear o Governo dos Açores ao nível da qualificação.

A Juventude Socialista acredita que é imprescindível assumir-se, na prática, o ensino por ciclos em detrimento do ensino por ano letivo. O sistema regional de educação, a par do sistema nacional, divide-se em Ciclos: Pré-escolar; 1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo e, posteriormente, Secundário e Pós-secundário.

Os programas educativos foram criados e desenvolvidos nesta lógica de Ciclo. Como tal, a retenção de alunos no decurso de um ciclo deve ser algo a combater, como aliás é defendido pelo Conselho Nacional de Educação e pela União Europeia, como medida estratégica de promoção do sucesso escolar e combate ao insucesso escolar precoce.

Não é possível continuar-se a viver numa sociedade que olha para a Escola do presente com os olhos do passado, na vã esperança de sucessos futuros. O professor detentor da informação, o aluno passivo e recetáculo de informação, o ensino por conteúdos em detrimento do ensino por competências, os exames de final de ciclo para passagem, a exigência do professor através do número de negativas atribuídas e chumbos, são tudo metodologias e resquícios de um sistema de ensino que não está mais adaptado às exigências dos nossos dias.

Importa combater esta visão preconceituosa do ensino, com base em práticas do passado e desfasada da realidade dos estudantes dos nossos dias.

A Juventude Socialista acredita no papel do professor como facilitador da aquisição de competências, no papel do aluno ativo como parte ativa do seu processo de ensino-aprendizagem, no aluno como indivíduo único e no ensino diferenciado por aluno. Acreditamos também na aquisição de competências em detrimento dos conteúdos, na diversificação de estratégias e de percursos formativos, na validação de competências em contexto curricular e extracurricular.

Esta sim, é uma visão orientada para um mundo globalizado, conectado e onde o capital humano é a mais-valia mais procurada e impulsionadora de desenvolvimento social e económico.

Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem deve ser o mais diversificado e atento às necessidades da nossa sociedade possível. A diversificação de percursos formativos, passando pelo ensino regular, pelo ensino profissional, pelo ensino profissionalizante, pelo ensino vocacional, pelo ensino universitário e pós-universitário, pela aprendizagem ao longo da vida e pela certificação de competências, devem ser objetivos da luta da JS/Açores, no cumprimento da aposta no desenvolvimento da sociedade açoriana.

Acreditar na diversificação dos percursos formativos não é, de forma alguma, acreditar no laxismo ou no facilitismo do sistema de avaliação. Muito pelo contrário. Acreditar na diversificação da oferta formativa é dar aos nossos jovens e aos diversos alunos do sistema educativo regional os percursos que lhes permitam não só concluir os seus estudos como também escolher uma profissão com a qual mais se identificam.

Acreditar na diversificação dos percursos formativos é acreditar no futuro da educação nos nossos dias.

Não são os alunos que se devem moldar à escola. É a escola que se deve moldar à sua sociedade, primeiramente.

A JS/açores defende:

- Uma única tutela (Educação) para o Pré-Escolar; 1º, 2º e 3º Ciclos; Secundário; Profissional e relação com o ensino Universitário nos Açores.

Para a Juventude Socialista, uma tutela única para estes níveis de ensino será uma medida a considerar pelo Governo Regional dos Açores na persecução do sucesso escolar. Só assim se poderá verdadeiramente fazer o acompanhamento e as alterações legislativas necessárias para melhor adaptar o sistema regional de educação às necessidades dos seus alunos.

PRÉ-ESCOLAR

A Juventude Socialista dos Açores acredita que o ensino pré-escolar é uma aposta fundamental do sistema educativo regional. Esta é a primeiríssima etapa do caminho que os nossos jovens estudantes deverão percorrer até à especialização dos estudos superiores e, como tal, é fulcral para o sucesso dos alunos.

Nesse sentido, é fundamental que os alunos iniciem o seu percurso o mais “em pé de igualdade” possível, esbatendo as diferenças entre as crianças que frequentam o Pré-escolar (jardins de infância) e as que estão à guarda de familiares.

O início do Ensino Básico (1º ciclo) é, segundo a União Europeia, a etapa mais determinante no combate ao insucesso escolar, no combate ao abandono escolar e combate ao abandono escolar precoce.

É fundamental que se garanta que os alunos que entram pela primeira vez no 1º ciclo o façam com a aquisição de competências o mais uniforme possível entre si. São as discrepâncias das competências adquiridas antes do ingresso no 1º ciclo que impedem uma maior igualdade de aprendizagens entre os nossos alunos.

É neste patamar que o processo de ensino-aprendizagem arranca em toda a sua plenitude. O pré-escolar é o primeiro “degrau” e como tal deve ser visto como essencial. O Estado deve garantir que todos os alunos que entram pela primeira vez no sistema de ensino o fazem em igualdade de oportunidades e de aquisição de competências.

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

O papel do Estado no livre acesso à educação e na promoção de igualdade de oportunidades deve ser indissociável daquilo que aspiramos enquanto sociedade democrática que somos. Quanto mais livre, informada e qualificada uma sociedade for, mais desenvolvida e próspera será.

E é no seguimento desta linha de pensamento que a JS/Açores defende a necessidade da sociedade civil se chegar à frente. No entanto, cabe às entidades públicas a criação de condições que permitam às comunidades locais desenvolver projetos de cariz integrativo, escolar e social, sobretudo nos contextos mais empobrecidos.

Há que demonstrar a esses jovens que é possível ter melhores perspetivas de vida e que tal só poderá ser atingido com esforço e dedicação, mas com a ajuda de todos os intervenientes, escolares e extraescolares.

A JS/Açores considera também que a promoção de hábitos de leitura é algo que deve ser incentivado, à imagem do que já acontece com o Plano Regional de Leitura, nomeadamente através da criação de concursos ou prémios que incitem o desenvolvimento de atividades de leitura e escrita, em todas as escolas dos Açores.

Nesta matéria a JS/Açores propõe:

- A implementação de um programa de acompanhamento e orientação vocacional a nível regional, que se pautar por uma interação mais regular e mais próxima com cada estudante desde o início do 3.º ciclo, repensando os métodos utilizados para esta finalidade. É sobretudo importante que os métodos aplicados na orientação vocacional sejam monitorizados para avaliar a sua eficácia, nomeadamente através de inquéritos a realizar junto dos estudantes que entretanto já tenham ingressado no ensino superior;
- A implementação da iniciativa “Fábrica de Aplicações”;

Vivemos numa geração de *digital natives* e isso deve ser devidamente aproveitado. A intenção é que se desenvolva uma iniciativa nas escolas açorianas que convide os nossos jovens a criarem soluções para os problemas da sua sociedade, usando para isso a tecnologia, através de aplicações móveis. As ideias seriam submetidas a uma votação online e o projeto mais votado em cada ano seria apoiado pelo Governo dos Açores.

Esta iniciativa é desenvolvida com sucesso em alguns países, como é o caso do Reino Unido.

- A criação de um programa de sensibilização com finalidade preventiva a implementar nas escolas da Região, adaptado nos conteúdos e na forma ao público-alvo, focando temas como o consumo de substâncias psicoativas, a vida sedentária e a alimentação desequilibrada, a violência doméstica, a homofobia, a gravidez na adolescência e o “bullying”.
- Analisar a criação da figura do “tutor social do estudante”.

Procura-se com a criação desta figura reforçar a proximidade da comunidade ao processo educativo dos jovens açorianos. A mesma consistiria numa realidade similar a uma bolsa de voluntariado e visaria abranger profissionais dos mais diversos ramos de atividade que se disponibilizassem a mostrar *in loco* aos alunos por si acompanhados a realidade da sua profissão durante alguns dias do ano letivo. A tutoria em causa deve ser dinâmica, de modo a permitir que os estudantes alterem de tutor sempre que pretendam conhecer a componente prática de outra área profissional.

ENSINO PROFISSIONAL

Esta via de ensino há muito que conquistou o seu lugar no panorama educativo da Região, contribuindo de forma considerável para a qualificação dos jovens açorianos e para a dinamização e profissionalização do tecido empresarial açoriano.

Entendemos, por isso, que a aposta feita no ensino profissional deve ter continuidade. No entanto, é nosso crer que a Região teria mais a ganhar se ocorresse uma mudança na lógica de criação dos cursos. A JS/Açores defende que os cursos profissionais devem ser abertos e mantidos de acordo com as necessidades e potencialidades da zona em que a escola está instalada, apostando-se com especial afinco nas profissões de cariz tradicional da nossa Região.

No decurso da defesa de uma tutela única, a JS/Açores defende que o ensino profissional esteja sob a alçada pedagógica e estratégica de uma Secretaria Regional da Educação que tenha, no seu âmbito de ação, todas as vias possíveis do percurso escolar dos jovens estudantes dos Açores.

Só assim se poderá efetivamente proceder a uma melhor adequação entre a necessidade efetiva do mercado de trabalho e a oferta formativa definida pelo ensino profissional.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

A Universidade dos Açores é seguramente uma das instituições mais proeminentes da Região. A sua intervenção vai desde aquela que é a sua função primordial, o ensino – investigação e desenvolvimento –, passando pela promoção, mesmo que de forma indireta, dos Açores no continente e no estrangeiro, até à não menos importante contribuição para a coesão territorial do arquipélago.

Deste modo a JS/Açores entende que a vertente de tripolaridade da Universidade dos Açores deve ser mantida, ao mesmo tempo que deve ser definida uma estratégia de futuro para a Universidade, baseada, nomeadamente, numa oferta formativa ligada às áreas com maior potencial reprodutivo na região. A investigação também deve ser incentivada e servir de referência para aquilo que se pretende que seja o paradigma desta instituição de ensino superior.

A JS/Açores defende a investigação especializada na Universidade dos Açores, sempre no respeito pelo carácter tripolar, ou seja, definindo áreas de atuação para cada pólo da academia. Entendemos que o pólo da Horta deverá ter um reforço de verbas e de recursos humanos para prosseguir o estudo e desenvolvimento científico na área do mar, ao mesmo tempo que o campus de Angra do Heroísmo se pode constituir como uma mais-valia para a investigação na área agrária, nomeadamente através da articulação do pólo da Universidade com o Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, cuja construção se espera para breve, e com as empresas de base tecnológica e de inovação que nele se sedearem. O pólo de Ponta Delgada, por seu turno, tende para uma especialização na área das tecnologias de informação e comunicação, sendo também ele essencial para o sucesso da missão do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, Nonagon.

A Universidade dos Açores deve ser o garante dos açorianos no que concerne ao ensino a distância e à aprendizagem ao longo da vida. Assim, deve a Universidade dos Açores encetar esforços no sentido de reforçar a sua oferta formativa em regime online e bi-presencial, permitindo assim que os alunos que se encontrem já no mercado de trabalho possam prosseguir estudos e aprofundar conhecimentos e especialização.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

No mundo globalizado em que vivemos, a aquisição de competências é cada vez mais uma vantagem competitiva em detrimento do modelo de aquisição de conhecimento, que foi vigente até ao final do séc. XX.

No contexto de um mercado que privilegia as competências ao invés do conhecimento (isto é, “saber fazer” em detrimento do mero “saber”), é imprescindível a promoção da formação contínua, em contexto de “aprendizagem ao longo da vida”, como forma de garantir a contínua atualização das competências adquiridas por parte dos formandos, permitindo assim uma constante melhoria das capacidades competitivas dos cidadãos.

Apostar na Formação ao Longo da Vida é apostar num conhecimento que está em constante construção, adaptação e aplicação, e em competências cuja aplicação e certificação garantem uma atualização prática e ajustada à rápida mudança das necessidades dos mercados de trabalho.

Assim, pretende-se:

- Promover uma maior divulgação do conceito da “aprendizagem ao longo da vida” e as suas mais-valias para a vida profissional dos jovens, através da Universidade dos Açores e demais parceiros;
- Defender a criação de formações em contexto de aprendizagem ao longo da vida que sirvam as necessidades dos mercados locais e regionais, como no caso dos programas ocupacionais e de promoção do emprego;
- Lutar pela criação de medidas que permitam uma maior articulação entre os diversos agentes formativos das ilhas/região e as forças vivas do mercado de trabalho;
- Fomentar a definição e criação de ofertas formativas específicas e ajustadas à realidade das ilhas/região, com o contributo dos diversos agentes formativos e empregadores através da criação de conselhos consultivos de Educação;
- Propor a certificação de competências com base na realidade específica dos Açores, desenvolvendo matrizes de competências regionais, com base em atividades/profissões tradicionais;
- Analisar a implementação da certificação de competências dos cidadãos integrados em programas de ocupação temporária, através da definição de um quadro-geral referencial de competências, proposto pela entidade de acolhimento do “ocupado” e homologado pela Secretaria Regional de Educação.

Cultura e indústrias criativas

A temática da cultura deverá ser considerada sob dois grandes eixos: por um lado o resgate, a valorização e a divulgação do património cultural dentro e fora do arquipélago dos Açores; e por outro o apoio às dinâmicas culturais tradicionais, contemporâneas e tecnológicas, expressas na multiplicidade dos agentes e associações culturais que desenvolvem o seu trabalho nos Açores.

No que concerne ao segundo eixo, torna-se necessário a instauração de um novo paradigma dentro do conceito da Cultura (*sensus lato*), que tem que ver com a aplicação da produção cultural à economia e, conseqüentemente, à geração de riqueza.

As Indústrias Culturais e Criativas inserem-se neste paradigma como a expressão prática do aliar a cultura e a criatividade dos artistas à geração de riqueza.

Os jovens criadores dos Açores são, presentemente, uma “classe” formada, qualificada e com competências de desenvolvimento no mercado de trabalho que importa potenciar e desenvolver.

Assim, a JS/Açores defende e propõe:

- O acesso dos açorianos, com particular interesse para os jovens criativos, aos incentivos geridos pela Direção-Geral das Artes, integrante do Governo da República;
- O desenvolvimento de incubadoras de indústrias culturais e criativas para a persecução do objetivo económico da cultura;
- O reforço da articulação entre as incubadoras de indústrias culturais e criativas e os agentes formativos e empregadores da sociedade para melhorar a conjugação entre as necessidades efetivas e a oferta e desenvolvimento de produtos;
- Promover uma maior aproximação entre tecido empresarial e agentes criativos, no sentido de promover no primeiro a consciência das mais-valias competitivas dos segundos;
- Promover a aquisição e atualização de competências no âmbito das Novas Tecnologias nos agentes comerciais, permitindo uma maior consciência do papel dos agentes criativos;

- Desenvolver programas de promoção da produção cultural e criativa, consubstanciados em medidas de otimização de recursos e mobilidade;
- Defender uma maior mobilidade dentro do arquipélago para produtos culturais e criativos desenvolvidos na Região;
- Inserção das instituições culturais em redes internacionais de mobilidade e apoio à produção cultural dos agentes criativos;
- A criação de um gabinete de apoio ao jovem criativo pelo Governo dos Açores que permita o esclarecimento de todos os sistemas de apoio regionais, nacionais e europeus na área da cultura;
- Promover uma maior proximidade entre os agentes criativos da Região e os agentes criativos europeus e internacionais, através da apresentação de projetos europeus no âmbito do programa Europa Criativa, a qual deve ser devidamente apoiada pelo gabinete de apoio ao jovem criativo;
- Defender uma maior aliança entre a economia e o turismo, bem com a produção cultural, pretendendo que esta seja um veículo catalisador do desenvolvimento daqueles;
- Criação de novos públicos através do apoio regular a instituições culturais na promoção de hábitos saudáveis de leitura e de escrita e de contacto com manifestações artísticas, de audiovisual e outras;
- Defender uma maior produção cultural no âmbito do audiovisual e sua exportação e integração em mercados audiovisuais;
- Defender a criação de canais fixos de exportação dos produtos culturais açorianos para Portugal Continental e para a Europa;
- Analisar a criação de um sistema que permita a certificação de competências e validação de conteúdos para os alunos que estiveram em filarmónicas, para que possam usar esse “diploma” ou “certificado” para ingresso em Ensino Artístico.

O desafio da empregabilidade jovem e da fixação de jovens qualificados

A melhoria da capacidade para arranjar um emprego e para a adequação profissional a um emprego é uma das principais preocupações no contexto mundial, sobretudo no que se refere à juventude.

O incremento da empregabilidade jovem é um desafio estrutural da sociedade global e depende de uma visão e de uma ação holísticas, assentes numa intervenção que abranja as áreas da qualificação e das medidas ativas de incentivo à integração de jovens no mercado de trabalho.

Já abordámos o tema da qualificação nesta moção, pelo que interessa agora abordar as oportunidades existentes em áreas económicas estratégicas para os Açores e apontar caminhos para reforçar ainda mais a panóplia de programas disponibilizados pelo Governo dos Açores para auxiliar a integração na vida ativa por parte dos jovens.

Interessa, desde logo, ter presente que o tempo do emprego no setor público está ultrapassado. Salvo pequenos ajustamentos dos quadros de pessoal das entidades públicas realizados em função do apuramento de necessidades concretas dos serviços, a integração no mercado de trabalho por parte dos jovens está cada vez mais dependente do setor privado. Isso implica necessariamente um reforço da capacidade de empreendedorismo dos jovens, bem como um cauteloso desenvolvimento das suas qualificações, adaptando cada vez mais o percurso preparatório do jovem ao contexto prático.

De acordo com o relatório “Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2015”, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho, e divulgado no passado dia 8 de outubro, no fim de 2014 a taxa de desemprego jovem a nível mundial estabilizou nos 13%, valor muito acima dos 11,7% verificados antes do início da crise económica. Prevê-se este ano que suba ligeiramente para os 13,1%, continuando, por isso, a verificar-se uma tendência negativa nesta matéria a nível mundial.

Em compensação, a taxa de desemprego jovem diminuiu em 1,4 pontos percentuais nas economias mais desenvolvidas e na União Europeia, tendência positiva que também se tem verificado em Portugal e, em particular nos Açores.

Segundo dados publicados em setembro deste ano pelo Eurostat, correspondentes a Agosto de 2015, na União Europeia 20,4% dos jovens encontravam-se desempregados, enquanto que na Zona Euro essa taxa atinge os 22,3%.

Os países com maiores taxas de desemprego jovem neste período são a Espanha (48,8%), a Grécia (48,3% - dados de Junho de 2015), a Croácia (43,5% - dados do 2.º trimestre deste ano) e a Itália (40,7%).

Ainda segundo os dados do Eurostat, Portugal encontrava-se em agosto deste ano com uma taxa de desemprego jovem de 31,8%. Na Região Autónoma da Madeira, de acordo com os dados relativos ao 2.º trimestre de 2015 da Direção Regional de Estatística da Madeira, 42,2% encontram-se desempregados.

A realidade que se tem vindo a verificar nos Açores desde o 4.º trimestre de 2014 até aos últimos dados conhecidos relativos ao 2.º trimestre de 2015 é a de uma tendência clara de descida da taxa do desemprego jovem. No fim de 2014 estávamos com uma taxa de desemprego jovem de 46%, enquanto que no 2.º trimestre de 2015 a mesma já se encontrava nos 30,2%. Note-se que entre o 1.º e o 2.º trimestre deste ano a descida verificada no número de jovens desempregados foi de 7,6%.

A recente ligeira melhoria do mercado laboral entre os jovens está evidentemente relacionada com um tendencial reforço do desempenho económico internacional. Interessa, no entanto, sublinhar que a intensidade dessa melhoria depende, sobretudo, dos incentivos públicos investidos na promoção da empregabilidade. Não é, por isso, ocasional a maior intensidade de recuperação do emprego jovem que se tem verificado nos Açores, considerando o manancial de medidas que o Governo Regional tem implementado com essa finalidade.

A Região Autónoma dos Açores, através das políticas promovidas pelo Governo do PS/Açores, enriquecidas com os contributos da JS/Açores, tem sido pioneira na criação de mecanismos que visam a construção de um ambiente favorável à promoção do emprego jovem.

O apoio a estágios e formações em contexto de trabalho, os incentivos públicos à contratação de jovens e ao empreendedorismo e os estímulos ao desenvolvimento do mercado social de emprego são realidades implementadas nos Açores, devidamente testadas ao longo dos últimos anos. Assumindo uma atitude pioneira na Europa, a nossa Região cobriu desde cedo todo o espectro de mecanismos reconhecidos hoje como essenciais para a promoção do emprego jovem pelos vários organismos internacionais, desde a Organização Internacional do Trabalho à Comissão Europeia.

O crescimento do emprego jovem, no entanto, carece sempre de uma conjugação entre medidas ativas de promoção da integração dos jovens na vida ativa e o crescimento económico, assente numa aposta estratégica nos setores económicos

com maior potencial na Região. Também nesta área da competitividade os Açores têm dado relevantes passos no sentido certo.

O PO Açores 2020, hoje já operacionalizado em diversas vertentes, veio dar origem a um conjunto de incentivos estrategicamente direcionados para os investimentos nas áreas em que podemos realmente fazer a diferença. A aposta na competitividade tem em conta a modernização e a diversificação das atividades integradas nos setores tradicionais e o reforço da inovação nos setores emergentes.

Agricultura, pecuária e agroindústria, pescas e mar e turismo são as áreas identificadas como prioritárias para a especialização inteligente da nossa economia. Prossegue-se, assim, um caminho de especialização e diversificação da economia regional capaz de contribuir para o equilíbrio da nossa balança comercial, para o incremento da coesão social e territorial e para a alavancagem do nosso crescimento económico. Nestas áreas, e na correlação constante delas com as Novas Tecnologias, reside um conjunto de oportunidades para que a nossa geração, a geração mais qualificada de sempre, dê o seu contributo para o desenvolvimento da nossa Região.

A aposta na fixação de jovens qualificados é também um desígnio a prosseguir. Referimo-nos à vertente de fixação dos que já cá residem e à da atração de jovens que, com adequadas formações, possam contribuir para o reforço da nossa economia.

A realidade atual implica, igualmente, uma atenção especial ao combate à precariedade laboral. Segundo o relatório “Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2015” da OIT uma das principais consequências da crise económica foi precisamente o aumento do trabalho temporário e em part-time para os jovens. Esta dificuldade transversal para a estabilização do emprego jovem a nível internacional também é sentida na nossa Região, pelo que há a necessidade de reforçar o trabalho na inversão deste problema.

A JS/Açores quer contribuir para o aumento da empregabilidade e contribuir para o combate à precariedade laboral. Nesse sentido propomos:

Planificação

- A criação de um Plano Regional de Emprego Jovem para o período 2015-2020 com o objetivo de caracterizar a realidade laboral e social dos jovens na Região, bem como a das suas qualificações, sistematizar as medidas que já existem, corrigir as que não estejam a demonstrar os efeitos desejados e preparar novas medidas a aplicar. A elaboração deste Plano contaria com o importante trabalho de enquadramento resultante do trabalho do Observatório

da Juventude dos Açores que está a ser realizado sobre os Jovens Açorianos Qualificados.

Programas de Estágio

- A criação do programa Estagiar P (Profissionalizante)

Criação de um programa de estágio similar ao Estagiar U, que é destinado aos estudantes universitários, que envolva os alunos do ensino profissionalizante (nível 4) e dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (nível 5), permitindo-lhes realizar um estágio remunerado com duração de 1 mês durante as férias de verão.

- O reforço da proteção social dos jovens estagiários na segunda fase dos programas Estagiar T e L

O regime dos programas Estagiar T e L prevê a existência de duas fases, uma primeira inteiramente financiada pelo Fundo Regional de Emprego e a segunda comparticipada em 25% pelas entidades promotoras. O que se defende é a reformulação do programa existente no sentido de se introduzir na segunda fase a obrigação de desconto para a segurança social por parte das empresas. É uma alteração que consideramos justificar-se devido à duração possível do Programa Estagiar nas vertentes T e L, quando é concretizada a prorrogação com a assunção de parte dos encargos pelas entidades promotoras.

- A alteração da legislação vigente no sentido de proteger os estagiários em situações de doença e de maternidade/paternidade;
- O debate alargado na procura de soluções que visem incentivar os jovens a iniciar mais cedo a sua experiência laboral.
- A criação de um programa de intercâmbio para a realização de estágios por jovens recém-formados, entre os Açores e as regiões dos EUA e Canadá com forte presença de açorianos e descendentes.

Incentivos ao Autoemprego

- A criação do Prémio CPE Jovem, no âmbito do Programa de Criação do Próprio Emprego, que se caracteriza por uma discriminação positiva de 20% no prémio monetário concedido pela criação do autoemprego, quando a candidatura ao programa for realizada por jovens açorianos ou residentes nos Açores, com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos;
- A criação do Prémio CPE Majoração Jovem, materializado numa discriminação positiva de 60%, nos casos em que a criação da empresa envolva a contratação de jovens desempregados inscritos nas Agências de Emprego da

Região com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos, que não o empresário;

- A criação de uma majoração específica no prémio associado ao Programa de Criação do Próprio Emprego para jovens ou jovens casais com filhos;
- A alteração do regime contributivo dos agricultores na Assembleia da República, especialmente penalizador para os jovens que se iniciam nesta área de atividade, no sentido de acabar com a interpretação que enquadra no conceito de rendimento os subsídios ao investimento;
- O acompanhamento no planeamento da produção dos jovens agricultores por técnicos especializados, de modo a que produzam o que o mercado procura em determinado momento, criando-se desta forma sinergias tanto para os jovens produtores como para o próprio consumidor que adquire o produto que procura, de origem Regional e obviamente biológica.

Incentivos ao Empreendedorismo

- Que seja aumentado o número de ações de formação e de eventos de divulgação das matérias ligadas ao empreendedorismo, para que o empreendedor por necessidade, e por falta de alternativa no mercado de trabalho, dê lugar ao empreendedor por vocação e por oportunidade, devidamente formado, empenhado e qualificado;
- Que os GABINETES DO EMPREENDEDOR prestem apoio aos jovens na elaboração dos seus projetos e nos respetivos planos de viabilidade económica;
- Que sejam instaladas incubadoras de empresas nos vários concelhos açorianos, através de parcerias entre o Governo dos Açores e as Autarquias;
- Que sejam desenvolvidos eventos mensais de inspiração e networking nas várias ilhas do arquipélago com a missão de estimular o potencial empreendedor dos Açorianos.

Incentivos à Criação de Emprego Jovem

- A criação de um apoio específico à contratação de jovens por parte de empresas que se dedicam a atividades ligadas ao setor marítimo, nomeadamente as marítimo-turísticas, como forma de alavancar a exploração sustentável do mar enquanto recurso gerador de riqueza;

- A criação do mecanismo INTEGRA JOVEM, enquadrado no programa INTEGRA, materializado numa majoração de 20% para a contratação de jovens açorianos ou residentes nos Açores, com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos;
- Criar uma medida de incentivo à deslocação/fixação de jovens das ilhas com maior densidade populacional para as ilhas com menor densidade populacional, fixando uma majoração aos apoios em vigor à contratação com essa finalidade;
- A realização de feiras do emprego na Região, em parceria com as Associações e as Câmaras de Comércio;
- Que se complemente os programas ocupacionais com uma vertente formativa que possibilite a especialização e a requalificação dos desempregados, aumentando a sua empregabilidade.

Acompanhamento, Monitorização e Planificação das Políticas Públicas de Promoção do Emprego Jovem

- A JS/Açores defende que o Observatório de Juventude dos Açores deve exercer o papel fundamental de acompanhar, monitorizar e auxiliar na planificação das políticas públicas de promoção do emprego jovem.

Fixação e Atração de Jovens Qualificados

- No âmbito do programa “Prepara o teu regresso a casa”, a criação de uma base de dados de jovens açorianos que se encontram a frequentar o ensino superior, recorrendo-se aos dados disponíveis a nível regional e nacional, com o intuito de reforçar a interação com os mesmos.

Dispondo-se dos contactos dos jovens, nomeadamente o correio eletrónico, passa a ser possível reforçar a proximidade e a regularidade de contacto. Passará também a ser possível divulgar com maior eficácia as várias ações físicas de sensibilização a realizar.

Para além do envio de informações por newsletter sobre as oportunidades existentes na Região, sobre eventos promovidos por entidades açorianas desenvolvidos nos Açores ou no exterior, da realização de inquéritos e da recolha de ideias, será facilitada a comunicação direta entre os jovens e o Governo dos Açores e manter-se-á sobretudo uma ligação regular e direta entre os nossos jovens e a Região.

Esta medida abrirá várias portas de interação com os jovens açorianos. Não deve ser encarada apenas como uma medida informativa, mas interativa.

- A criação de um programa de atração de jovens qualificados que, mediante condições prévias de fixação por um período mínimo na Região, abranja:
 - A criação de bolsas de atração de jovens em áreas definidas como estratégicas;
 - O acesso ao programa de apoio ao arrendamento “Famílias com Futuro”;
 - Uma plataforma online de sensibilização para as oportunidades existentes nos Açores;
 - O aumento das ofertas formativas na Região nas áreas consideradas estratégicas.

Combate à Precariedade Laboral

- O reforço da fiscalização dos “falsos recibos verdes” pela Inspeção Regional do Trabalho, permitindo uma atuação em todos os setores de atividade e no maior número de empresas possível, atuando através de uma componente preventiva, informativa, e nos casos em que se justifique, sancionatória.

Mobilidade jovem

A mobilidade é um fator de avanço e desenvolvimento da nossa economia e um requisito essencial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Afinal, é através dela que conseguimos alcançar as nossas necessidades básicas, mas também ultrapassar fronteiras, alargando horizontes, através da partilha de conhecimento e de experiências que promovem a diversidade cultural.

Os Açorianos encaram a mobilidade como uma necessidade básica, estando esta limitada pelas especiais características territoriais da nossa Região. É no sentido de ultrapassar estes constrangimentos que a JS/Açores considera essencial um reforço da coesão e da interligação entre as nove ilhas da Região Autónoma dos Açores, através de uma sólida integração das rotas marítimas e aéreas, bem como, a ligação dos Açores ao mundo, no transporte de pessoas e bens. Afinal há que “ligar o mar que nos separa”.

A necessidade da mobilidade é uma realidade característica da nossa Região, em especial dos jovens empreendedores açorianos, criativos e inovadores, que pretendem aplicar o seu conhecimento para o desenvolvimento e geração de riqueza nos Açores.

O novo modelo de transporte aéreo para a Região serve, não só os interesses de mobilidade das Açorianas e dos Açorianos, mas também, numa perspetiva mais global, os interesses de toda a economia açoriana.

Nenhuma região no mundo tem a capacidade de aglomerar e oferecer todas as valências diversificadas desejadas pelos seus cidadãos, nem as mesmas oportunidades académicas e profissionais, sendo esse problema comum ultrapassado pela capacidade de mobilidade dos cidadãos, criando sinergias com outras regiões do mundo, de modo a tornar os seus projetos possíveis e concretizáveis.

Nesse sentido, existe um grande número de Açorianos espalhados pelo mundo com o objetivo de alcançar objetivos pessoais, académicos e profissionais. Por um lado, jovens Açorianos que se ausentam pela necessidade de concluírem a sua formação académica, e por outro, os que decidiram deslocar-se da Região com o intuito de investir no enriquecimento das suas experiências profissionais.

A JS/Açores está ciente das dificuldades sentidas pelos jovens Açorianos estudantes fora da Região, nomeadamente, na adaptação a uma nova cidade e na integração numa nova sociedade. Conhecemos igualmente bem o desejo constante de regressar a casa partilhado pelos jovens açorianos deslocados da sua ilha de residência.

Queremos contribuir para o aumento e para a constante melhoria das condições de mobilidade dos nossos jovens.

Nesse sentido a JS/Açores propõe:

- A extensão do preço do cartão interjovem para o escalão dos 13 aos 23 anos, no valor de 35 €, aos estudantes com idades compreendidas entre os 24 e os 26 anos que não auferam rendimentos, bem como aos jovens desempregados até ao limite dos 30 anos de idade que não recebam subsídio de desemprego;
- Apoio por parte das instâncias Regionais ao aproveitamento do programa Erasmus + como plataforma de partilha de experiências e alargamento de horizontes dos jovens e das suas instituições;
- Alteração às condições do cartão interjovem no que diz respeito à "lista de espera" na empresa regional SATA. As condições devem ser iguais na empresa SATA e Atlanticoline. Os jovens adquirentes do cartão devem ter direito à reserva do lugar no ato de compra do bilhete;
- Criação de uma campanha de apoio à mobilidade das Associações Juvenis, IPSS, Clubes Desportivos e Culturais e Filarmónicas, que preveja uma oferta de 2 cartões Interjovem por cada conjunto de 12 cartões adquiridos.

Coesão e Integração Social

Na sociedade açoriana é fundamental insistir num trabalho contínuo de coesão e integração social para que caminhemos em prol de uma sociedade mais justa, mais unida e integrada em que a resolução dos seus problemas seja um desígnio comum e transversal a todos os seus cidadãos.

Quando falamos de coesão social não podemos separar o seu conceito do desenvolvimento económico, social e político do meio em que vivemos.

Com uma sociedade coesa, forte e sustentada, temos uma comunidade onde os seus membros discutem e participam na resolução das problemáticas que dizem respeito ao todo. Temos um espaço onde há negociação fundamentada e onde todos conseguem participar nos diferentes campos de decisão.

O combate às desigualdades é um combate contínuo e este deve manter-se como um dos pilares da JS/Açores.

O Governo Regional tem adotado um conjunto vasto de medidas de combate às desigualdades, no entanto, esta é sempre uma luta sem fim. Devemos manter o combate às desigualdades no acesso a recursos que são fundamentais para o futuro da Região: rendimentos, qualificação profissional e acesso à cultura.

Continua a ser igualmente importante a adoção de medidas de combate à homofobia, realidade ainda verificada na nossa sociedade. Devemos lutar por uma sociedade que respeite a orientação sexual de cada um dos açorianos. É também fundamental promovermos a legalização da adoção e da co-adoção por casais homossexuais.

Assim, conseguimos construir uma sociedade melhor e mais justa. É apenas desta forma que conseguimos alcançar uma sociedade mais unida, mais solidária e mais tolerante.

Torna-se assim fundamental o reforço de políticas que promovam o bem-estar geral e de cada um dos cidadãos, dando resposta às suas necessidades.

Nos Açores existem diversos incentivos à habitação jovem. Existem majorações específicas para os jovens no programa de apoio à construção, aquisição, ampliação e alteração de imóveis, no programa de apoio ao arrendamento “Famílias com Futuro”, que prevê uma majoração de 12,5% para a juventude e que atualmente conta com uma taxa superior a 50% de beneficiários jovens, e nos concursos de atribuição de lotes promovidos pelo Governo dos Açores. Tratam-se de oportunidades muito relevantes para os jovens açorianos, sendo nossa pretensão contribuir para o reforço das mesmas.

Neste âmbito é importante adotar estratégias e readaptar outras já implementadas pelo Governo dos Açores.

Visando o reforço da coesão social na Região propomos:

- A implementação de Medidas Sociais Preventivas junto dos jovens.

É essencial o desenvolvimento de um trabalho continuado na adoção e aplicação de medidas preventivas que incidam sobre as crianças e os jovens. Neste âmbito, consideramos fundamental que seja feito um acompanhamento social contínuo e diário de todos os agregados familiares pelas respetivas assistentes sociais;

- A educação continua a ser um pilar fundamental na formação das gerações vindouras. A implementação de um programa destinado à Educação Parental, onde psicólogos e assistentes sociais também participem, pode ser um princípio na mudança comportamental de cada jovem com comportamentos irregulares e desadequados;
- A criação de um prémio de intervenção social dirigido às IPSS's que trabalham com jovens, como forma de incentivar a persecução de boas práticas e a aposta constante na melhoria dos serviços prestados junto dos jovens e das suas famílias;
- A implementação de uma política de acessibilidades continua a ser um desafio. As pessoas portadoras de deficiências motoras continuam a encontrar barreiras arquitetónicas no seu dia-a-dia. Torna-se assim fundamental intensificar a criação de condições adequadas à mobilidade das pessoas com necessidades especiais;
- O refinanciamento pelo Governo da República do programa PROHABITA, implementado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que financiava a fundo perdido a construção e a reabilitação de habitações sociais, muitas delas destinadas a famílias jovens. Este programa foi criado por governos do Partido Socialista tendo tido um papel fundamental no desenvolvimento social. Com a atual desorçamentação, o Governo dos Açores passou a assumir a totalidade do financiamento na construção de novas habitações e reabilitação de outras moradias existentes.
- Para promover a fixação e a atração de jovens, consideramos também importante a reabilitação de imóveis devolutos do Governo, Autarquias ou Empresas Públicas, situados em centros urbanos, para fins habitacionais, disponibilizando-se os mesmos a jovens e casais jovens através do regime de rendas resolúveis;

- A criação de uma majoração ao apoio no âmbito da Linha de Apoio à Reabilitação Urbana dos Açores dependente da disponibilização dos imóveis reabilitados ao arrendamento jovem durante um período mínimo de 10 anos, conciliando-se esta medida com o acesso por parte dos jovens ao programa Famílias com Futuro;
- O debate sobre a adoção de crianças e jovens por casais homossexuais.

Saúde

Uma perspetiva preventiva do Serviço Regional de Saúde (SRS) tem que dotar-se de ferramentas para que seja assertiva e operacionalizável. O Plano Regional de Saúde 2014-2016 (PRS 2014-2016) identifica as doenças por causas sensíveis à prevenção primária ou a cuidados de saúde como o principal problema e a principal prioridade em termos de necessidades em saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA). Os Açores são uma das Regiões do País com maiores taxas de obesidade infantil, doenças endócrinas e nutricionais e doenças do aparelho circulatório. Dado o grau de cronicidade que as caracteriza, estas representam um peso considerável na vertente social, bem como na vertente económica do SRS, repercutindo-se em comorbilidades que afetam a qualidade de vida das populações, em anos de vida potencialmente perdidos, em mortalidade por causas evitáveis ou custos que ameaçam a sustentabilidade do SRS, entre outros efeitos nefastos.

Os Cuidados de Saúde Primários (CSPs) representam um papel fulcral no SRS e constituem a sua primeira linha de atuação, com enfoque na promoção da saúde, prevenção da doença, diagnóstico precoce, terapêutica, reabilitação e reinserção social. No entanto, mais do que seria desejável, a atividade dos CSPs centra-se cada vez mais numa fase em que a doença já está estabelecida do que na prevenção da mesma. Na forma como esta atenção essencial à saúde é prestada, é necessário alargar os horizontes para tecnologias e métodos práticos, cientificamente comprovados, nomeadamente os preconizados pelo *eHealth* (Saúde Inovadora para o Séc.XXI).

Assim a JS/Açores defende e propõe:

-O desenvolvimento de Programas de Saúde com as autarquias e múltiplos *stakeholders* assentes na importância da implementação de Estratégias Locais de Saúde (ELS), como elementos fundamentais de operacionalização das ações e objetivos preconizados no Plano Regional de Saúde 2014-2016 (PRS 2014-2016)

- A promoção, o surgimento e a implementação de produtos inovadores, serviços e sistemas baseados nas tecnologias de informação e comunicação para: (i) envelhecer bem em casa, na comunidade e no trabalho, aumentando assim a qualidade de vida, a autonomia, a participação na vida social, as qualificações e a empregabilidade dos adultos mais velhos, e reduzir os custos de saúde e assistência social (*Active and Assisted Living*). (ii) acompanhamento e controlo remoto de doentes, em particular

aqueles que se encontram afetados por estados patológicos crónicos (telemonitorização).

-Consciencialização ao nível político e das estruturas de saúde da importância do desenvolvimento de programas de saúde horizontais e multidisciplinares para o combate às doenças crónicas, colocando o utente no centro do sistema, tendo estes como foco a prevenção, a monitorização e a terapêutica.

- O acesso dos jovens açorianos dos 18 aos 32 anos ao serviço de higiene oral e dentária no Serviço Regional de Saúde com direito a duas consultas anuais.

VISÃO PROGRESSISTA SOBRE AS DEPENDÊNCIAS

A problemática das dependências apresenta um enorme grau de complexidade, não só pela existência de vários tipos de dependência (física, psicológica e comportamental), mas também pela existência de um infindável conjunto de fatores que condicionam a atuação da sociedade no sentido de primeiro prevenir, ou, no pior dos cenários, reabilitar os indivíduos que se encontram em situação de consumo abusivo.

Pode-se afirmar que a mudança de atitudes face às dependências tem sido lenta mas gradual, havendo ainda, no entanto, uma enorme disparidade mundial ao nível das políticas sobre drogas. Infelizmente a linha de atuação no campo das drogas ditas ilícitas tem passado pela chamada “guerra contra as drogas” que, de acordo com o relatório *“TheAlternativeDrugReport – CountingtheCostsofTheWaronDrugs”*, representa um gasto anual à escala mundial de 90 mil milhões de euros. Esta, para além de ter fracassado no passado e de continuar a fracassar clamorosamente, tem contribuído para o crescimento dos lucros do mercado de drogas ilícitas, avaliado agora em pelo menos 300 mil milhões de euros por ano.

Em Portugal o SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – refere no seu relatório anual de 2013 intitulado “A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências”, que “entre 2007 e 2012, no conjunto da população portuguesa verificou-se, para quase todas as drogas, uma descida das prevalências de consumo ao longo da vida (a de qualquer droga passou de 12% para 9,5%) e de consumo recente (a de qualquer droga passou de 3,7% para 2,7%), bem como uma diminuição das taxas de continuidade dos consumos (a de qualquer droga passou de 31% para 28%).”

O mesmo relatório refere ainda que “Lisboa, a Região Autónoma dos Açores e o Alentejo, foram as regiões (NUTS II) que apresentaram prevalências de consumo de qualquer droga ao longo da vida e nos últimos 12 meses acima das médias nacionais, na população total e na jovem adulta.” Contudo, e de acordo com a mesma fonte, “em 2012, Portugal continuava a apresentar prevalências de consumo de substâncias ilícitas abaixo dos valores médios europeus.”

Tendo como ponto de partida os dados acima mencionados, a Juventude Socialista Açores entende em primeiro lugar a necessidade de dar continuidade ao trabalho meritório que tem vindo a ser desenvolvido em Portugal e na Região, o que leva a que o nosso país seja um modelo de referência junto da comunidade internacional no que à questão das dependências diz respeito.

Esta mudança de comportamentos face às dependências, nomeadamente em relação às drogas, resulta da cada vez maior disseminação de valores progressistas, suportada por estudos científicos que têm conseguido derrubar uma série de preconceitos, ao mesmo tempo que apontam o dedo para caminhos até agora tidos como de sentido proibido. Mais recentemente a legalização da canábica para fins recreativos em diversos estados dos EUA e no Uruguai colocou o assunto na ordem do dia. No entanto, a rejeição liminar das políticas atuais, assentes no proibicionismo e na “guerra contra as drogas” por diversas entidades internacionais, entre elas a Comissão Global de Políticas sobre Drogas, a *West Africa Commission on Drugs* e a Organização dos Estados Americanos, elevaram esta questão para um patamar transnacional, o que reforça ainda mais a profunda necessidade de uma reforma das políticas sobre drogas e dependências.

A Juventude Socialista Açores não é imune a estes factos e como tal manifestar-se-á sempre e de forma incondicional contra a implementação de políticas proibicionistas que assentem na criminalização e estigmatização. Por oposição a essas formas de atuação a JS/Açores entende que a saúde e segurança das pessoas deve ser colocada em primeiro lugar e que aspetos como a prevenção, minimização de riscos e reabilitação devem estar sempre presentes nas políticas de combate às dependências. A nossa estrutura entende também que a ausência de um mercado regulado, como acontece no caso das drogas leves ilícitas, facilita a ação do crime organizado ao mesmo tempo que não garante a saúde e a segurança dos consumidores. Como tal a Juventude Socialista Açores é apologista de que a regulação do mercado deve ser adequada consoante o tipo de droga. Esta perspetiva assenta numa lógica de que diferentes drogas apresentam diferentes graus de risco e como tal o Estado deverá intervir de forma diferenciada.

Posto isto a JS/Açores propõe:

- A regulamentação e legalização por parte do Governo da República da venda e do uso da *canábica* para fins recreativos, por maiores de 18 anos e a alocação prioritária das receitas fiscais obtidas em áreas como a Saúde, Educação e combate às dependências;
- A implementação local de programas inovadores no âmbito da prevenção e sinalização de comportamentos de risco, que envolvam diversos agentes da comunidade;
- Que se proceda a um aumento do investimento no campo do tratamento e reinserção de jovens toxicodependentes.

NOTA BIOGRÁFICA



Guido de Luna da Silva Teles tem 29 anos. Nasceu na freguesia de Angústias na cidade da Horta, ilha do Faial, no dia 19 de Setembro de 1986 e residiu no concelho de São Roque do Pico até iniciar o seu percurso académico no ensino superior.

Na Juventude Socialista, Guido Teles desempenhou diversos cargos. Foi Presidente da Comissão Regional da JS/Açores de 2009 a 2013 e membro desta em mandatos anteriores, Vice-Presidente da Comissão Nacional da JS no mandato 2012-2014 e membro desta em mandatos anteriores, membro do Secretariado Regional da JS/Açores, coordenador do núcleo da JS de São Roque do Pico e foi membro da equipa de redação do jornal oficial da Juventude Socialista, o “Jovem Socialista”.

Atualmente, desde 2014, Guido Teles é Presidente da Comissão Nacional da Juventude Socialista Portuguesa.

No Partido Socialista foi representante da JS na Comissão Nacional do PS, representante da JS/Açores na Comissão Regional do PS/Açores e membro do Secretariado Regional do PS/Açores.

Nas Legislativas Regionais de 2004 foi mandatário jovem da lista do Partido Socialista pela Ilha do Pico. No ano seguinte foi mandatário jovem da lista apresentada pelo Partido Socialista à Câmara Municipal de São Roque do Pico.

Na adolescência, presidiu à Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Escola Básica Integrada e Secundária de São Roque do Pico, tendo, de seguida, sido eleito para Presidente dessa associação por um mandato. Participou ainda no “Hemiciclo - Jogo da Cidadania”, Parlamento Jovem do Secundário, em dois anos consecutivos. Em consequência dessa participação teve a oportunidade de integrar a comitiva que representou a Região Autónoma dos Açores no “Euroescola”, iniciativa organizada pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo, que constitui uma excelente oportunidade de debate e trabalho conjunto entre jovens dos diversos países da União Europeia.

Com 17 anos de idade foi eleito representante dos alunos da Escola Básica Integrada e Secundária de São Roque do Pico na Assembleia de Escola. Com essa idade, após terminar o ensino secundário, Guido Teles foi estudar para a cidade de Lisboa, onde frequentou o curso de Direito da Universidade de Lisboa na menção jurídico-políticas, concluindo-o com 22 anos com a média final de 15 valores.

Durante a vida académica desempenhou diversos cargos, como o de representante dos alunos na Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito de Lisboa, ou o de membro do Secretariado do Núcleo de Estudantes Socialistas da Faculdade de Direito de Lisboa.

Regressou aos Açores no ano de 2009 para realizar o estágio profissional da Ordem dos Advogados numa sociedade de advogados em Ponta Delgada. É advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde agosto de 2013, com a atividade suspensa por exercer neste momento atividades incompatíveis com o exercício da advocacia.

Vive desde Março de 2012 em Angra do Heroísmo, onde primeiro exerceu a profissão de jurista. Em outubro de 2013 foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, cargo que exerce atualmente a tempo inteiro.

Guido Teles é representante da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo na Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Vogal da Direção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Vice-Presidente do Conselho de Administração da GRATER – Associação de Desenvolvimento Rural e Secretário da Assembleia Geral da ART – Associação Regional de Turismo dos Açores.

No campo cívico e associativo, Guido Teles foi escuteiro, praticou futebol federado nos escalões de formação do Vitória Futebol Clube de São Roque do Pico, bem como andebol e basquete federado no Clube Desportivo Escolar de São Roque do Pico. Pratica voluntariado regularmente junto de associações sem fins lucrativos.